

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

Em 1º de outubro de 2015, a Companhia adquiriu o controle da 4Bio Medicamentos S.A. (“4Bio”), sociedade que tem como atividade preponderante a comercialização de medicamentos de especialidade, ou seja, medicamentos utilizados para tratar condições graves de saúde, prescritos por especialistas clínicos. A transação envolvendo essa combinação de negócios está descrita na Nota 10a.

A Raia Drogasil S.A. e sua controlada (em conjunto “Consolidado” ou “Grupo”) têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade.

O Grupo realiza suas vendas por meio de 1.235 lojas (1.091 lojas - 2014), distribuídas em 18 Estados da Federação, conforme segue:

	Consolidado
	2015
São Paulo	724
Rio de Janeiro	92
Minas Gerais	84
Goiás	59
Paraná	57
Distrito Federal	48
Santa Catarina	27
Rio Grande do Sul	26
Espírito Santo	25
Bahia	22
Pernambuco	18
Mato Grosso do Sul	16
Mato Grosso	10
Paraíba	9
Rio Grande do Norte	7
Alagoas	5
Sergipe	5
Tocantins	1
	1.235

A sociedade controlada 4Bio comercializa seus produtos por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas três centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo e Tocantins.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de fevereiro de 2016.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e, a partir de 1º de outubro de 2015, as demonstrações financeiras da sua controlada 4Bio. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados, contemplam 12 meses de operação da Companhia e 3 meses de operação da Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controlada. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação de políticas contábeis referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares. As estimativas e os julgamentos estão divulgados na Nota 4(v).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Pronunciamentos novos ou revisados

A seguir , apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2016.

- (i) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 1º/01/2018): tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto. A Administração considera que a adoção dessa norma não surtirá efeitos relevantes.
- (ii) IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (vigência a partir de 1º/01/2018): o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis. A Administração considera que a adoção dessa norma não surtirá efeitos relevantes.
- (iii) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil (vigência a partir de 1º/01/2019): com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- (iv) Alteração IAS 16 e IAS 38 – Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (vigência a partir de 1º/01/2016): o método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Em 2015, não há saldos e transações decorrentes de operações entre a Companhia e sua controlada 4Bio.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

(d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(3) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Grupo compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

(ii) Impairment de ativos financeiros

(1) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

(1) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos dessa categoria são classificados como passivos não circulantes quando liquidados após 12 meses. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

(2) Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iv) Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

(e) Clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

(h) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para o Grupo. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

(i) Imobilizado

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, o centro de distribuição do Butantã e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, e incorporado ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(j) Intangíveis

(1) Ágio na aquisição de empresa

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

(2) Pontos comerciais

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11b, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação inferiores a vinte anos.

(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática

As licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

(k) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como *ágio*, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

(l) Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. O Grupo não possui contratos relevantes de arrendamento classificados como financeiros.

(m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

(n) Benefícios a funcionários e dirigentes

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. O Grupo não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido, e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego.

Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido (Nota 16c).

(o) Programa de fidelidade

A Controladora mantém o programa “Muito Mais Raia” de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Controladora pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês de acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Controladora calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

(p) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

(q) Dividendo

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

(r) Juros sobre o capital próprio

Com base no estatuto social da Companhia, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(s) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

(t) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

(u) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(v) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(1) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(2) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por

exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(3) Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11f.

(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

5. Reclassificação na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

A Companhia tem buscado uma melhoria contínua na geração positiva do seu fluxo de caixa. Dentre as várias ações tomadas, destacam-se a manutenção do prazo médio de recebimento com prazos iguais ou até, em determinados casos, inferiores aos praticados pelo mercado, gestão otimizada dos estoques nas lojas por melhoria da qualidade das informações disponíveis e tecnologias desenvolvidas e negociações mais eficientes com seus fornecedores, que inclui o aumento no prazo médio de pagamento.

Adicionalmente, verifica-se um aumento gradual das taxas de juros praticadas no mercado (referência ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI), que passou de 8,05% ao ano em 2013 para 10,81% ao ano em 2014 e 13,24% ao ano em 2015.

Observa-se que os aspectos mencionados acima tinham reflexos na determinação do ajuste a valor presente, o qual é prática contábil da Companhia e vinha sendo calculado e avaliado como não relevante para efeito de registro contábil nas demonstrações financeiras.

Entretanto, em virtude dessas graduais mudanças de circunstâncias e, com o intuito de aprimoramento das informações contábeis, a Administração da Companhia decidiu reconhecer os efeitos contábeis produzidos por estas mudanças de circunstâncias a partir do primeiro trimestre de 2015 julgando também apropriado, refletir essas mesmas mudanças nas cifras comparativas da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os efeitos patrimoniais nas cifras comparativas, líquido dos efeitos tributários, são considerados como irrelevantes.

Sendo assim, procedeu-se as seguintes reclassificações na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Demonstração do resultado	2014		2014
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.391.569	(40.113)	7.351.456
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(5.281.377)	73.752	(5.207.625)
Resultado Bruto	2.110.192	33.639	2.143.831
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	309.126	33.639	342.765
Resultado Financeiro	(6.902)	(33.639)	(40.541)
Lucro Líquido do Exercício	221.386		221.386

Demonstração do valor adicionado	2014		2014
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.613.344	(40.113)	7.573.231
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.307.056)	73.752	(5.233.304)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(5.014.704)	73.752	(4.940.952)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.123.933	33.639	2.157.572
Receitas Financeiras	18.347	40.113	58.460
Distribuição do Valor Adicionado	2.142.280	73.752	2.216.032
Remuneração de Capitais de Terceiros	394.307	73.752	468.059
Juros	126.968	73.752	200.720

Nota explicativa - 20. receitas e despesas financeiras	2014		2014
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reclassificado
Ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras		40.113	40.113
Ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras		(73.752)	(73.752)
Resultado financeiro	(6.902)	(33.639)	(40.541)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Caixa e bancos	38.541	41.094	38.725
Fundo de investimento automático	2.759		2.759
Certificado de depósitos bancários	60.554		60.554
Debêntures compromissadas	162.695	240.095	163.810
Título de capitalização			203
	<u>264.549</u>	<u>281.189</u>	<u>266.051</u>

As aplicações em fundo de investimento, Certificado de Depósito Bancário - CDB, debêntures compromissadas e título de capitalização possuem alta liquidez e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Para as debêntures compromissadas, as instituições financeiras que transacionaram esses títulos garantem o risco de crédito e a liquidez imediata sem perda de rendimento, sendo, a maioria, debêntures emitidas por empresas que pertencem aos grupos econômicos dessas instituições financeiras. As aplicações financeiras estão concentradas, substancialmente, na Caixa Econômica Federal e no Santander.

7. Clientes

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Contas a receber de clientes	578.976	467.221	608.741
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.893)	(1.231)	(6.910)
	<u>572.083</u>	<u>465.990</u>	<u>601.831</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
A vencer	551.719	450.296	579.379
Vencidas			
Entre 1 e 30 dias	17.076	16.047	17.720
Entre 31 e 60 dias	306	409	1.556
Entre 61 e 90 dias	46	225	137
Entre 91 e 180 dias	6.853	205	6.936
Entre 181 e 360 dias	2.976	33	3.013
A mais de 360 dias		6	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.893)	(1.231)	(6.910)
	<u>572.083</u>	<u>465.990</u>	<u>601.831</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 39 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Saldo inicial	(1.231)	(1.180)	(1.231)
Adições por meio de combinação de negócios			(128)
Adições	(19.168)	(14.597)	(19.254)
Reversões	13.506	14.546	13.703
Saldo final	<u>(6.893)</u>	<u>(1.231)</u>	<u>(6.910)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4d-i-3.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Mercadorias de revenda	1.653.305	1.369.604	1.670.154
Materiais	4.611	7.013	4.611
Provisão para perdas nos estoques	(24.312)	(36.418)	(24.312)
Total dos estoques	1.633.604	1.340.199	1.650.453

A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Saldo inicial	(36.418)	(26.180)	(36.418)
Adições	(10.203)	(16.349)	(10.203)
Reversões	22.309	6.111	22.309
Saldo final	(24.312)	(36.418)	(24.312)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R\$ 6.137.644 (R\$ 5.207.625 – 2014 reclassificado – Nota 5) para a Controladora e de R\$ 6.183.289 para o consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício que totalizaram R\$ 75.253 (R\$ 84.336 – 2014) para a Controladora e R\$ 75.259 para o Consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Tributos sobre o lucro			
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	1.735	519	1.735
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	7.148	1.485	7.350
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	923	527	1.097
	<u>9.806</u>	<u>2.531</u>	<u>10.182</u>
Outros tributos			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	48.942	29.952	49.028
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT nº 17/99)	171	2.872	171
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	22.595	20.454	22.595
PIS - Programa de integração social	27	1	27
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	122	1	122
FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório	561	561	561
	<u>72.418</u>	<u>53.841</u>	<u>72.504</u>
	<u>82.224</u>	<u>56.372</u>	<u>82.686</u>
Ativo circulante	<u>(59.068)</u>	<u>(39.042)</u>	<u>(59.530)</u>
Ativo não circulante	<u>23.156</u>	<u>17.330</u>	<u>23.156</u>

Os créditos de ICMS de R\$ 48.942 e R\$ 171 (R\$ 29.952 e R\$ 2.872 - 2014) para a Controladora são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição nos Estados de São Paulo e Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação.

O Grupo analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos em até 12 meses.

10. Investimentos

(a) Combinação de negócios

Em 30 de julho de 2015, a Companhia assinou Contrato de compra e venda e de subscrição de participação societária (“Contrato”) para aquisição de 55% das quotas e obteve o controle da empresa 4Bio Medicamentos Ltda., transformada em sociedade por ações em 14 de agosto de 2015 mediante alteração de sua razão social para 4Bio Medicamentos S.A.

A 4Bio é uma companhia varejista com importante presença no mercado de medicamentos de especialidade (medicamentos utilizados para tratar condições graves de saúde prescritos por especialistas clínicos).

A combinação de negócios ocorreu por meio da aquisição de 55% de participação societária da 4Bio, e pela qual a Companhia pagou um valor total de R\$ 24.010, distribuídos da seguinte forma: (i) aumento de capital no valor de R\$ 13.000, mediante emissão de ações da 4Bio e (ii) aquisição de ações do acionista fundador no valor de R\$ 11.010, sendo 50% pago em moeda nacional e 50% mediante transferência de ações de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria e a serem transferidas após o cumprimento e verificação de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato.

O preço de aquisição estará sujeito a ajustes decorrentes de eventuais variações do EBITDA de 2015, limitado a R\$ 2.000, que poderão ser reconhecidos como contraprestação para a aquisição, em contrapartida do ágio.

Estabelece também o Contrato, as outorgas de opção de compra e opção de venda da totalidade das ações remanescentes em poder do acionista fundador após janeiro de 2021 e cujo preço de exercício será calculado com base na média dos EBITDAs ajustados da 4Bio a serem apurados nos exercícios a findar em 31 de dezembro de 2018, 2019 e de 2020 e cujo valor justo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 31.632 (R\$ 30.230 - 1º de outubro de 2015).

O passivo financeiro decorrente da opção de compra foi reconhecido em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

O valor justo da opção de compra de ações adicionais de R\$ 30.230 está classificado como nível 3 da hierarquia do valor justo. As estimativas de valor justo são baseadas numa taxa de desconto de 19,89%, na média dos EBITDAs projetados para os anos de 2018 a 2020 e no múltiplo previsto em contrato.

Em 22 de setembro de 2015, ocorreu a aprovação definitiva pelo Conselho de Defesa Econômica – CADE e, com o cumprimento das demais condições precedentes previstas no Contrato, em 1º de outubro de 2015, a Companhia efetuou aumento de capital na 4Bio e realizou os pagamentos previstos em Contrato, passando a deter, a partir de então o controle da 4Bio.

Como não ocorreram variações relevantes nos principais saldos contábeis da 4Bio no período entre 30 de junho de 2015 e 1º de outubro de 2015, a Companhia adotou o balanço de 30 de setembro de 2015 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição da participação não controladora na 4Bio.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1º de outubro de 2015		
Caixa pago ao acionista fundador	5.505	5.505
Aumento de capital mediante emissão de ações da 4Bio	<u>13.000</u>	<u>13.000</u>
Total da contraprestação transferida	18.505	18.505
Instrumentos patrimoniais a serem transferidos ao acionista fundador	<u>5.505</u>	<u>5.505</u>
Total da contraprestação	<u>24.010</u>	<u>24.010</u>
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.071	1.071
Duplicatas a receber de clientes	25.684	25.684
Estoques	11.156	11.156
Marcas registradas (incluídas em intangíveis) (Nota 11b)	5.069	5.069
Relacionamento contratual com o cliente (incluído em intangíveis) (Nota 11b)	7.928	7.928
Canais de distribuição (incluído em intangíveis) (Nota 11b)	535	535
Licenças e outros (incluídas em intangíveis) (Nota 11b)	228	228
Ativo imobilizado (Nota 11a)	734	734
Impostos a recuperar	943	943
Ativo de impostos diferidos	440	438
Outros créditos	424	426
Duplicatas a pagar a fornecedores	(19.711)	(19.711)
Empréstimos e financiamentos	(12.585)	(12.585)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.020)	(2.020)
Obrigações fiscais	(2.376)	(2.376)
Outras obrigações	(1.561)	(1.561)
Passivos de imposto diferido	<u>(5.062)</u>	<u>(5.062)</u>
Total de ativos líquidos identificáveis	10.897	10.897
Aumento de capital em 1º de outubro de 2015	<u>13.000</u>	<u>13.000</u>
Total de ativos líquidos identificáveis, ajustado	<u>23.897</u>	<u>23.897</u>
Participação não controladora sobre ativos líquidos identificáveis, ajustado (45%)	(10.754)	
Participação não controladora sobre o valor justo do negócio		(23.410)
Ágio	<u>10.867</u>	<u>23.523</u>
	<u>24.010</u>	<u>24.010</u>

A Companhia optou por apresentar a participação do não controlador pelo método do valor justo da controlada, correspondente a 45% do valor justo do negócio, o qual foi estimado utilizando-se o preço pago para a aquisição dos 55% da 4Bio.

O ágio no montante de R\$ 23.523 decorrente da aquisição representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios.

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 1.467 para a Controladora e R\$ 1.895 para o consolidado, foram reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica outras despesas operacionais da demonstração do resultado.

Se a 4Bio tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2015, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 9.021.955 e lucro líquido *pro forma* de R\$ 341.754. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano (não auditada).

(b) Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de investimentos da Companhia está demonstrado a seguir:

<u>Razão Social</u>	<u>Principal atividade</u>	<u>Participação (%)</u>	<u>31/12/2015</u>
4Bio Medicamentos S.A.	Varejo de medicamentos especiais	55%	23.497

A movimentação do saldo de investimento na Controlada, apresentada nas demonstrações financeiras individuais, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	
Aquisição de participação em 1º de outubro de 2015	24.010
Resultado de equivalência patrimonial	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>23.497</u>

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial da 4Bio Medicamentos S.A., a Companhia ajusta os ativos, passivos e respectivas movimentações no resultado da 4Bio com base na alocação do preço de compra determinado na data da aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro líquido do exercício da 4Bio para fins de determinação da equivalência patrimonial em 2015:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>
Resultado 4Bio (para o período de três meses findo em 31/12/2015)	267
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(780)
Prejuízo ajustado da 4Bio	<u>(513)</u>

Patrimônio líquido ajustado

31/12/2015	01/10/2015
Investimento a valor de livros (55%)	7.740
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	8.187
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(2.784)
<u>12.630</u>	<u>13.143</u>
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	10.867
<u>23.497</u>	<u>24.010</u>

(c) Dividendo de controlada

Como estabelecido no Acordo de Acionistas, independentemente do disposto no estatuto social da Controlada, e com o intuito de preservar a saúde financeira e o Plano de Negócios da Controlada, os acionistas deliberaram pela não distribuição de lucros, seja sobre a forma de dividendos ou de pagamento de juros sobre capital próprio, pelo prazo de cinco anos.

11. Imobilizado e intangível

a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2014	27.725	42.053	264.236	122.745	21.200	381.174	10.979	870.112
Adições			57.559	32.784	3.438	149.107		242.888
Transferências			(16.998)	17.066		(68)		
Alienações e baixas	(285)	(136)	(7.529)	(3.772)	(3.450)	(11.829)		(27.001)
Provisão para encerramento de lojas			(1.621)	(676)		(2.716)	(40)	(5.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>295.647</u>	<u>168.147</u>	<u>21.188</u>	<u>515.668</u>	<u>10.939</u>	<u>1.080.946</u>
Adições			90.649	60.547	4.084	167.679		322.959
Alienações e baixas			(2.874)	(2.563)	(3.945)	(76.340)	(40)	(85.762)
Provisão para encerramento de lojas			454	192		1.368	40	2.054
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>383.876</u>	<u>226.323</u>	<u>21.327</u>	<u>608.375</u>	<u>10.939</u>	<u>1.320.197</u>
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação(%)		2,5 – 2,7	7,4 – 10	7,1 – 15,8	20,0 – 23,7	17,0 – 21,6	20,0	
Saldo em 1º de janeiro de 2014		(16.596)	(103.362)	(57.035)	(11.878)	(138.296)	(6.316)	(333.483)
Adições		(1.116)	(24.424)	(15.983)	(3.815)	(79.769)	(2.024)	(127.131)
Transferências			4.949	(4.983)		34		
Alienações e baixas		66	6.998	3.606	3.341	10.638		24.649
Provisão para encerramento de lojas			871	411		1.376	34	2.692
Saldo em 31 de dezembro de 2014		<u>(17.646)</u>	<u>(114.968)</u>	<u>(73.984)</u>	<u>(12.352)</u>	<u>(206.017)</u>	<u>(8.306)</u>	<u>(433.273)</u>
Adições		(1.113)	(30.179)	(24.094)	(4.032)	(103.678)	(1.225)	(164.321)
Alienações e baixas			1.212	2.327	3.607	72.906	32	80.084
Provisão para encerramento de lojas			(412)	(176)		(782)	(34)	(1.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>(18.759)</u>	<u>(144.347)</u>	<u>(95.927)</u>	<u>(12.777)</u>	<u>(237.571)</u>	<u>(9.533)</u>	<u>(518.914)</u>
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2014	<u>27.440</u>	<u>24.271</u>	<u>180.679</u>	<u>94.163</u>	<u>8.836</u>	<u>309.651</u>	<u>2.633</u>	<u>647.673</u>
Em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>23.158</u>	<u>239.529</u>	<u>130.396</u>	<u>8.550</u>	<u>370.804</u>	<u>1.406</u>	<u>801.283</u>

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no consolidado:

	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2015	27.440	41.917	295.647	168.147	21.188	515.668	10.939	1.080.946
Adições por meio de combinação de negócios			411	487	209	346		1.453
Adições			90.651	60.552	4.084	167.679		322.966
Alienações e baixas			(2.874)	(2.563)	(3.945)	(76.340)		(85.722)
Provisão para encerramento de lojas			454	192		1.368		2.014
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>41.917</u>	<u>384.289</u>	<u>226.815</u>	<u>21.536</u>	<u>608.721</u>	<u>10.939</u>	<u>1.321.657</u>
Depreciação acumulada								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		<u>2,5 – 2,7</u>	<u>7,4 – 10</u>	<u>7,1 – 15,8</u>	<u>20 – 23,7</u>	<u>17 – 21,6</u>	<u>20</u>	
Saldo em 1º de janeiro de 2015		(17.646)	(114.968)	(73.984)	(12.352)	(206.017)	(8.306)	(433.273)
Adições por meio de combinação de negócios			(191)	(232)	(163)	(133)		(719)
Adições		(1.113)	(30.192)	(24.109)	(4.034)	(103.686)	(1.225)	(164.359)
Alienações e baixas			1.212	2.327	3.607	72.905	32	80.083
Provisão para encerramento de lojas			(412)	(176)		(782)	(34)	(1.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		<u>(18.759)</u>	<u>(144.551)</u>	<u>(96.174)</u>	<u>(12.942)</u>	<u>(237.713)</u>	<u>(9.533)</u>	<u>(519.672)</u>
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2015	<u>27.440</u>	<u>23.158</u>	<u>239.738</u>	<u>130.641</u>	<u>8.594</u>	<u>371.008</u>	<u>1.406</u>	<u>801.985</u>

b) Intangível

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2014	230.207	64.985	22.275	780.084	151.700	41.700	4.440	1.295.391
Adições	22.111	13.485					1.126	36.722
Baixas	(5.089)	(6)					(3)	(5.098)
Provisão para encerramento de lojas	(2.001)	(2)						(2.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	245.228	78.462	22.275	780.084	151.700	41.700	5.563	1.325.012
Adições	45.463	22.360					702	68.525
Alienações e baixas	(62.325)	(10)					(786)	(63.121)
Provisão para encerramento de lojas	844	1						845
Saldo em 31 de dezembro de 2015	229.210	100.813	22.275	780.084	151.700	41.700	5.479	1.331.261
Amortização acumulada								
			Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida			
Taxas anuais médias de amortização (%)	17,0 – 23,4	20				6,7-25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(85.733)	(36.164)	(2.387)			(19.847)	(721)	(144.852)
Adições	(40.424)	(10.724)				(9.160)	(129)	(60.437)
Baixas	4.578	6					1	4.585
Provisão para encerramento de lojas	712	1						713
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(120.867)	(46.881)	(2.387)			(29.007)	(849)	(199.991)
Adições	(42.954)	(11.827)				(7.710)	(33)	(62.524)
Alienações e baixas	60.950	3					785	61.738
Provisão para encerramento de lojas	(80)	(1)						(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(102.951)	(58.706)	(2.387)			(36.717)	(97)	(200.858)
Saldo líquido								
Em 31 de dezembro de 2014	124.361	31.581	19.888	780.084	151.700	12.693	4.714	1.125.021
Em 31 de dezembro de 2015	126.259	42.107	19.888	780.084	151.700	4.983	5.382	1.130.403

A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no consolidado:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison Ltda)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Ágio no aquisição de empresa (4BIO)	Marcas Raia S.A.	Marcas 4BIO	Carteira de clientes Raia S.A	Relacionamento com clientes 4BIO	Canal de distribuição 4BIO	Outros ativos intangíveis	Total
Custo												
Saldo em 1º de janeiro de 2015	245.228	78.462	22.275	780.084		151.700		41.700			5.563	1.325.012
Adição por meio de combinações de negócios		362			23.523		5.069		7.928	535	68	37.485
Adições	45.463	22.361									702	68.526
Alienações e baixas	(62.325)	(11)									(786)	(63.122)
Provisão para encerramento de lojas	844	1										845
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>229.210</u>	<u>101.175</u>	<u>22.275</u>	<u>780.084</u>	<u>23.523</u>	<u>151.700</u>	<u>5.069</u>	<u>41.700</u>	<u>7.928</u>	<u>535</u>	<u>5.547</u>	<u>1.368.746</u>
Amortização acumulada												
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 – 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	20	6,7 - 25	7	0,3	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(120.867)	(46.881)	(2.387)					(29.007)			(849)	(199.991)
Adições por meio de combinação de negócios		(149)									(53)	(202)
Adições	(42.954)	(11.842)					(253)	(7.710)	(142)	(401)	(37)	(63.339)
Alienações e baixas	60.950	3									786	61.739
Provisão para encerramento de lojas	(80)	(1)										(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(102.951)</u>	<u>(58.870)</u>	<u>(2.387)</u>				<u>(253)</u>	<u>(36.717)</u>	<u>(142)</u>	<u>(401)</u>	<u>(153)</u>	<u>(201.874)</u>
Saldo líquido												
Em 31 de dezembro de 2015	<u>126.259</u>	<u>42.305</u>	<u>19.888</u>	<u>780.084</u>	<u>23.523</u>	<u>151.700</u>	<u>4.816</u>	<u>4.983</u>	<u>7.786</u>	<u>134</u>	<u>5.394</u>	<u>1.166.872</u>

c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("*impairment*").

d) Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos e meio.

e) Ágio na aquisição da 4Bio Medicamentos S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 23.523 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

f) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("*impairment*")

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2015 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison Ltda. e Raia S.A., ambas adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa é de 13,97% (13,32% - 2014).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("*impairment*").

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa, projetado para os próximos 5 anos, é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas; e despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos, estimados em 7,96% com perpetuidade de 4,5%.

Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques preexistentes.

Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

Reajuste de preços de medicamentos

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

Estimativas de taxas de crescimento

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de *performance* avaliadas pela Administração do Grupo.

12. Empréstimos e financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora		Consolidado
		2015	2014	2015
BNDES - FINEM				
Empreendimentos	TJLP (+ 2,80% - Dez/2014) a.a.		4.338	
Empreendimentos	IPCA + 7,50% + 1,30% (+ 7,54% + 1,30% - Dez/2014) a.a.	3.565	9.687	3.565
Máquinas e equipamentos	TJLP (+ 2,30% - Dez/2014) a.a.		172	
BNDES - Subcrédito				
Empreendimentos	TJLP + 3,32% (+ 3,01% - Dez/2014) a.a.	138.488	136.673	138.488
Empreendimentos	SELIC + 2,69% (+ 2,86% - Dez/2014) a.a	66.169	47.262	66.169
Máquinas, equipamentos e veículos	Prefixado 3,01% (3,19% - Dez/2014) a.a.	9.072	14.299	9.072
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+ 1,79% - Dez/2014) a.a.	797	1.659	797
Máquinas, equipamentos e veículos	PSI + 8,36% (+ 6,00% - Dez/2014) a.a.	8.653	2.168	8.653
Capital de giro	TJLP (+ 4,15% - Dez/2014) a.a.		1.722	
Capital de giro	SELIC + 3,10% (+ 3,32% - Dez/2014) a.a	60.449	63.257	60.449
Projeto social	TJLP	565		565
Desenv. marca própria	TJLP + 1,67% a.a.	805		805
Aquisição de <i>software</i> nacional	TJLP + 1,79% a.a.	1.122		1.122
Empréstimos				
Outros				6.703
		289.685	281.237	296.388
Passivo circulante		(102.266)	(97.710)	(108.192)
Passivo não circulante		187.419	183.527	188.196

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os contratos permitem, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 286.120 (R\$ 267.040 - Dez/2014) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("*covenants*"):

- (i) Margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "*covenants*" é anual, e em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia teria que disponibilizar ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

O Grupo não possui contratos condicionados ao cumprimento de “*covenants*” não financeiros.

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
2017	83.243	84.020
2018	58.684	58.684
2019	37.158	37.158
2020	8.334	8.334
	187.419	188.196

13. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

		Controladora	Consolidado
	2015	2014	2015
Trabalhistas e previdenciárias	10.024	13.647	10.024
Tributárias	514	570	514
Cíveis	294	261	326
	10.832	14.478	10.864
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(4.166)	(5.166)	(4.166)
Total	6.666	9.312	6.698
Passivo circulante	(3.346)	(5.209)	(3.346)
Passivo não circulante	3.320	4.103	3.352

A movimentação da provisão está demonstrada conforme segue:

		Controladora	Consolidado
	2015	2014	2015
Saldo inicial	9.312	12.933	9.312
Adições	9.679	7.318	9.711
Baixas	(12.613)	(11.485)	(12.613)
Reavaliação dos valores	(3.354)	(2.213)	(3.354)
Atualizações monetárias	2.642	2.932	2.642
Depósitos para defesas e recursos judiciais	1.000	(173)	1.000
Saldo final	<u>6.666</u>	<u>9.312</u>	<u>6.698</u>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 21).

Perdas possíveis

O Grupo, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 114.388 (R\$ 54.594 - 2014) para a Controladora e R\$ 114.388 para o consolidado.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

		Controladora	Consolidado
	2015	2014	2015
Trabalhistas e previdenciárias	13.048	6.339	13.048
Tributárias	3.343	6.743	3.343
Cíveis	2.339	1.034	2.339
Total	<u>18.730</u>	<u>14.116</u>	<u>18.730</u>

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia. S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

14. Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 referem-se a:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	436.807	302.224	435.902
Juros sobre o capital próprio	(179.210)	(74.559)	(179.210)
Lucro tributável	<u>257.597</u>	<u>227.665</u>	<u>256.692</u>
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34
Despesa teórica	<u>(87.583)</u>	<u>(77.406)</u>	<u>(87.275)</u>
Adições permanentes	(7.054)	(2.220)	(7.054)
Equivalência patrimonial	(175)		
Redução do imposto por incentivos	3.545	2.810	3.545
Ajuste de compensação de prejuízos fiscais	(2.671)		(2.671)
Processo de destruição de mercadorias		(2.102)	
Outros	(208)		(207)
Incentivos fiscais – doações	<u>(2.455)</u>	<u>(1.920)</u>	<u>(2.455)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	<u>(96.601)</u>	<u>(80.838)</u>	<u>(96.117)</u>
Alíquota efetiva	22,1%	26,7%	22,1%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo no montante de R\$ 48.832 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 46.690 - 2014) para a Controladora e R\$ 49.006 em 2015 no consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 210.658 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 172.636 - 2014) para a Controladora e R\$ 214.987 em 2015 no consolidado, estão representados pelos encargos tributários sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; e (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 referem-se a:

	Balanco Patrimonial			Resultado		
	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2015	2014	2015
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.258)	(7.354)	(7.258)			
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(140.869)	(97.762)	(140.869)	43.107	45.920	43.107
Intangíveis não dedutíveis – incorporação da Raia S.A.	(62.531)	(67.520)	(62.531)	(4.989)	(5.483)	(4.989)
Intangíveis não dedutíveis – aquisição da 4Bio			(4.329)			(731)
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	365	365	365			
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros		2.671		2.671	3.263	2.671
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação		1.399		1.399	5.594	1.399
Ajuste a valor presente – AVP	2.308		2.363	(2.308)		(2.364)
Provisão - obsolescência no estoque	21.838	17.055	21.838	(4.783)	(8.155)	(4.783)
Provisão - obrigações diversas	2.691	4.232	2.705	1.541	959	1.922
Provisão - programa de participação no resultado	9.532	6.711	9.620	(2.821)	(3.756)	(2.909)
Provisão - demandas judiciais	3.683	4.923	3.694	1.240	1.172	1.229
Provisão - créditos de liquidação duvidosa	1.859	1.623	1.865	(236)	(33)	(198)
Provisão - locações comerciais (ação renovatória)	1.667	1.434	1.667	(233)	(1.433)	(233)
Provisão – programa de fidelização de clientes	1.871	1.254	1.871	(617)	(1.154)	(617)
Provisão – encerramento de lojas	760	1.241	760	481	(1.241)	481
Provisão – plano de opção de ações	1.437	256	1.437	(1.181)	(256)	(1.181)
Provisão – campanhas internas	116	241	116	125	282	125
Provisão - gratificações da diretoria		2.725		2.725	(1.089)	2.725
Provisão – outros	705	560	705	(145)	(2.529)	(145)
Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos				35.976	32.061	35.509
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(161.826)	(125.946)	(165.981)			
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:						
Passivo fiscal diferido	(161.826)	(125.946)	(165.981)			
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(161.826)	(125.946)	(165.981)			
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	2015	2014	2015			
Saldo no início do exercício	(125.946)	(93.980)	(125.946)			
Adições por meio de combinação de negócios			(4.622)			
Receita tributável reconhecida no resultado	(35.976)	(32.061)	(35.509)			
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	96	95	96			
Saldo no final do exercício	(161.826)	(125.946)	(165.981)			

(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a *performance* do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 48.832 na Controladora e R\$ 49.006 no consolidado, será substancialmente realizado até o final de dezembro de 2016.

15. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as ações do Grupo não possuíam qualquer efeito dilutivo, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2015	2014
Básico		
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.426	329.286
Lucro por ação em R\$ - básico	1,03272	0,67232
Diluído		
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386
Média ponderada do número de ações ordinárias	329.426	329.286
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	329.426	329.286
Lucro por ação em R\$ - diluído	1,03272	0,67232

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 26 de novembro de 2015, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 900.000 mediante capitalização de parte da reserva de capital, sem a emissão de novas ações e, portanto, sem bonificação de ações aos acionistas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 1.808.639 (R\$ 908.639 – 2014), representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 198.520.879 ações ordinárias (196.380.486 ações ordinárias - 2014).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	<u>Ações em circulação</u>
Posição em 31 de dezembro de 2014	196.380.486
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	<u>2.140.393</u>
Posição em 31 de dezembro de 2015	<u>198.520.879</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 35,48 fechamento do dia (R\$ 25,35 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Ações em tesouraria

Em 24 de abril de 2014, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação.

	<u>Controladora Quantidade (em ações)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2014	<u>(1.100.000)</u>
Posição em 31 de dezembro de 2015	<u>(1.100.000)</u>

A posição das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015, era a seguinte:

Quantidade adquirida (em unidades)	Valor total pago pelas ações(**)	<u>Custo unitário das ações</u>			<u>Valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 2015 (*)</u>
		<u>Mínimo</u>	<u>Máximo</u>	<u>Médio</u>	
1.100.000	20.898	18,39	19,30	18,96	39.028

(*) Utilizada a cotação de R\$ 35,48 por ação.

(**) Inclui despesas de corretagem e emolumentos.

(c) Plano de ações restritas

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas ("Plano de ações restritas"), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro sendo que o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia (“ações de incentivo”).

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia (“ações próprias”) em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referencia a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga, ressalvado que, a cada ano, a partir do 2º aniversário da data da outorga, o profissional adquirirá o direito de receber um terço de suas ações restritas.

Em 2015, a Companhia concedeu aos seus executivos ações restritas cujo montante corresponde a R\$ 3.471 (R\$ 754 – 2014). O saldo de opções outorgadas e ainda não transferidas corresponde a R\$ 4.225 em 31 de dezembro de 2015.

(d) Remuneração aos acionistas

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	340.206	221.386
Reserva legal	(17.010)	(11.069)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186	186
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>323.382</u>	<u>210.503</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>80.846</u>	<u>52.626</u>
Juros sobre o capital próprio proposto	150.250	74.559
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(21.161)	(10.561)
Juros sobre o capital próprio (complementar)		28.959
Imposto de renda retido na fonte (teórico)		(4.344)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>129.089</u>	<u>88.613</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>39,92</u>	<u>42,10</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	48.243	35.987
Imposto de renda retido na fonte (teórico)		4.344
	<u>48.243</u>	<u>40.331</u>

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 150.250 (R\$ 74.559 - 2014), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2015 e de 2014, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$ 48.243 (R\$ 40.331 – 2014), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2015	2014
Saldo inicial	28.664	9.464
Adições	117.020	60.923
Pagamentos	(121.024)	(41.527)
Baixas	(258)	(196)
Saldo final	24.402	28.664

17. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado
	2015	2014 (Reclassificado Nota5)	2015
Receita bruta de vendas			
Receita de vendas de mercadorias	9.227.077	7.648.838	9.283.815
Receita de serviços prestados	12.124	10.052	12.163
	9.239.201	7.658.890	9.295.978
Impostos incidentes sobre vendas	(277.539)	(221.733)	(278.605)
Devoluções, abatimentos e outros	(116.080)	(85.701)	(119.524)
Receita líquida de vendas	8.845.582	7.351.456	8.897.849

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

18. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2015	Controladora 2014 (Reclassificado Nota5)	Consolidado 2015
Custo das mercadorias vendidas	(6.137.644)	(5.207.625)	(6.183.289)
Despesas com pessoal	(1.141.137)	(942.024)	(1.144.608)
Despesas com prestadores de serviços	(101.760)	(77.910)	(101.919)
Depreciação e amortização	(226.846)	(187.568)	(227.698)
Outras (i)	(728.083)	(584.091)	(730.654)
	<u>(8.335.470)</u>	<u>(6.999.218)</u>	<u>(8.388.168)</u>

Classificado na demonstração do resultado como:

	2015	2014 (Reclassificado Nota5)	2015
Custo das mercadorias vendidas	(6.137.644)	(5.207.625)	(6.183.289)
Com vendas	(1.737.740)	(1.409.067)	(1.742.093)
Gerais e administrativas	(233.240)	(194.958)	(235.088)
Depreciações e amortizações (ii)	(226.846)	(187.568)	(227.698)
	<u>(8.335.470)</u>	<u>(6.999.218)</u>	<u>(8.388.168)</u>

(i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, gastos com transportes, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

(ii) As depreciações e amortizações totalizaram em 2015, um montante de R\$ 226.846, sendo que, R\$ 190.395 corresponde a área de Vendas e R\$ 36.451 a área Administrativa.

19. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram em 2015, um montante de R\$ 8.390 (R\$ 9.473 - 2014) para a Controladora e R\$ 8.818 para o consolidado. Esses montantes são compostos por despesas não recorrentes com Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa de PBM terceirizada, transação e aquisição da 4Bio e mudança no provisionamento de recebíveis de PBM.

20. Receitas e despesas financeiras

(a) Receitas financeiras

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
		(Reclassificado
		Nota5)
Descontos obtidos	1.636	243
Rendimentos de aplicações financeiras	27.256	16.548
Juros recebidos		8
Variações monetárias ativas	2.285	1.542
Outras receitas financeiras	18	6
Impostos incidentes (pis/cofins)	(810)	
Ajuste a valor presente (AVP) - receitas financeiras	56.142	40.113
Total das receitas financeiras	86.527	58.460

(b) Despesas financeiras

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
		(Reclassificado
		Nota5)
Descontos concedidos a clientes	(425)	(62)
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.260)	(935)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(31.048)	(23.638)
Variações monetárias passivas	(5.228)	(614)
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	(1.402)	
Ajuste a valor presente (AVP) - despesas financeiras	(111.566)	(73.752)
Total das despesas financeiras	(150.929)	(99.001)
Resultado financeiro	(64.402)	(40.541)

21. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Móveis e instalações	37	46
Máquinas e equipamentos	85	86
	122	132

22. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia e sua controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 31.099 (R\$ 25.131 - 2014) para a Controladora e R\$ 31.275 para o consolidado.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Primeiros 12 meses	306.669	230.883	307.046
Entre 13 e 60 meses	764.191	571.451	764.847
Após 60 meses	225.582	173.366	225.582
	<u>1.296.442</u>	<u>975.700</u>	<u>1.297.475</u>

23. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
<u>Empréstimos e recebíveis</u>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota6)	264.549	281.189	266.051
Contas a receber (Nota7)	572.083	465.990	601.831
Outras contas a receber	98.040	107.590	98.261
Depósitos judiciais (Nota 13)	18.730	14.116	18.730
	<u>953.402</u>	<u>868.885</u>	<u>984.873</u>
Total dos ativos	<u>953.402</u>	<u>868.885</u>	<u>984.873</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
<u>Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>			
Opção de compra de ações adicionais (Nota 10)	31.632		31.632
	<u>31.632</u>		<u>31.632</u>
<u>Outros passivos financeiros</u>			
Fornecedores	1.177.928	871.477	1.203.382
Empréstimos e financiamentos (Nota12)	289.685	281.237	296.388
Outras contas a pagar	123.316	91.938	124.265
	<u>1.590.929</u>	<u>1.244.652</u>	<u>1.624.035</u>
Total dos passivos	<u>1.622.561</u>	<u>1.244.652</u>	<u>1.655.667</u>

Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

Risco de taxa de juros

A exposição do Grupo ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração do Grupo entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 3.565) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa Selic. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as vendas com recebimento a prazo representaram 49% (48% - 2014) e 50% para o consolidado, sendo que desse total 90% (87% - 2014) e 87% no consolidado são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião do Grupo e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 10% (13% - 2014) e 13% para o consolidado são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados e boletos, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de

caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.130	1.413	1.695
Receita		1.130	1.413	1.695
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	36	45	53
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	9	10
Despesa		43	54	63

Consolidado				
Operação	Risco	Cenário I (provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.137	1.421	1.705
Receita		1.137	1.421	1.705
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	36	45	53
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	7	9	10
Despesa		43	54	63

A Administração não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), às quais estão sujeitas as operações com BNDES que possam gerar prejuízos materiais para o Grupo.

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo do BNDES (FINEM), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão do caixa líquido ou da dívida líquida pelo patrimônio líquido. O caixa líquido ou a dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Financiamentos de curto e longo prazo	289.685	281.237	296.388
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(264.549)	(281.189)	(266.051)
Dívida líquida	<u>25.136</u>	<u>48</u>	<u>30.337</u>
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	2.640.629	2.456.937	2.640.629
Participação de não controladores			22.989
Total do patrimônio líquido	<u>2.640.629</u>	<u>2.456.937</u>	<u>2.663.618</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>0,95</u>	<u>0,00</u>	<u>1,14</u>

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora e Consolidado
	Opção de compra de ações adicionais
Saldo inicial	
Aquisição da 4Bio (Nota 10)	30.230
Despesas reconhecidos no resultado	<u>1.402</u>
Saldo final	<u>31.632</u>
Total de despesas no exercício incluídas no resultado	<u>1.402</u>
Variação das despesas não realizadas no exercício incluídas no resultado	<u>1.402</u>

24. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

25. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

		Relacionamento		Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado
				Ativo Circulante			Receitas		
				2015	2014	2015	2015	2014	2015
Valores a receber									
Convênios (i)									
Regimar Comercial S.A.		Acionista / Família		12	8	12	74	68	74
Heliomar S.A.		Acionista / Membro do Conselho de Administração		2	1	2	10	11	10
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)		Acionista/Família		1		1	2	1	2
				15	9	15	86	80	86

		Relacionamento					
		Controladora			Consolidado		
		Passivo Circulante			Despesas		
		2015	2014	2015	2015	2014	2015
Valores a pagar							
Aluguéis (ii)							
Heliomar S.A.	Acionista / Membro do Conselho de Administração	19	18	19	198	188	198
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	6	5	6	77	71	77
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista/Membro do Conselho de Administração	6	5	6	77	71	77
Espólio de Franco Maria	Acionista/Membro do Conselho de Administração	6	5	6	77	71	77
David Pietro Pipponzi	Conselho de Administração	37	33	37	429	401	429
Fornecedores de serviços (ii)							
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires	Acionista / Família	1		1	4.422	3.463	4.422
Oliveira Dias e Freire Advogados							
Associação Obra do Berço	Acionista/Família					1.260	
(Litterat Editora Ltda.)							
Rodrigo Wright Pipponzi	Acionista/Família	702	70	702	6.293	4.702	6.293
(Editora Mol Ltda.) (iii)		703	70	703	10.715	9.425	10.715
		740	103	740	11.144	9.826	11.144

(i) Vendas realizadas por convênios. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de *marketing* e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

(iii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal chave da Administração da entidade.

(b) Outras partes relacionadas

Em 14 de maio de 2015, foi firmado Termo de Compromisso, onde a Natura Cosméticos S.A. ("Natura") se comprometeu em ceder o contrato de locação à Companhia pelo valor de R\$ 1.000, pago em junho de 2015, referente a um imóvel situado na Rua Oscar Freire, cujo contrato de locação foi firmado pela Natura em 22 de julho de 2013, pelo prazo de 60 (sessenta) meses. Os controladores fundadores da Natura também são acionistas da Companhia.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Proventos e encargos sociais	11.369	11.120	11.719
Gratificações e encargos sociais	22.715	16.606	22.904
Reversão da provisão de gratificações	(8.016)	(7.612)	(8.016)
	<u>26.068</u>	<u>20.114</u>	<u>26.607</u>

26. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. O Grupo mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015
Riscos com perdas em estoques	117.363	110.386	118.799
Bens do ativo permanente	157.637	119.615	158.637
Lucros cessantes	142.500	74.917	142.500
Riscos de responsabilidade civil	23.175	14.410	23.175
	440.675	319.328	443.111

27. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2015, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

- (i) a contraprestação mediante ações a serem transferidas pela aquisição da 4Bio (Nota 10);
- (ii) o passivo financeiro oriundo da outorga de opção de compra de ações adicionais da 4Bio (Nota 10);
- (iii) parte da remuneração do pessoal-chave da Administração (Nota 25); e
- (iv) a aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 11.604 (R\$ 4.961 - 2014).

28. Evento subsequente

Em 1º de fevereiro de 2016, foi aprovado, em reunião Extraordinária do Conselho de Administração, o programa de *American Depositary Receipts* - "ADRs" - Nível 1.

O programa visa aumentar a visibilidade da Companhia no mercado de capitais, promovendo a liquidez das ações, ampliando a base de acionistas e facilitando o acesso ao papel por parte dos investidores estrangeiros. O programa encontra-se em fase de implementação, onde todos os trâmites legais necessários para a sua efetivação serão cumpridos junto aos órgãos regulatórios.

O *The Bank of New York Mellon* será a instituição depositária nos Estados Unidos, responsável pela emissão dos respectivos recibos depositários, e o banco custodiante será o Itaú-Unibanco. Os ADRs da Companhia serão negociados em mercado de balcão (OTC) em Nova Iorque, nos Estados Unidos e cada ADR representará uma ação ordinária da Companhia.

O Programa de ADR Nível I não implicará em aumento de capital social ou emissão de novas ações.